

33º Encontro Anual da Anpocs

GT 38: Subjetividade e emoções.

Trabalho: “Os sentidos do moderno: sensibilidade e sensorialidade na obra de João do Rio”

Autor: Julia O'Donnell (UFRJ)

Este trabalho pretende fazer alguns apontamentos acerca das possibilidades de identificação de sinais da introjeção do discurso e da prática da modernidade entre os habitantes urbanos cariocas do início do século XX. A partir de uma leitura antropológicamente orientada de um contexto historicamente determinado, a intenção é a de refletir sobre a prática do “moderno” no período em sua escala mais profunda: a da individualidade, expressa na composição de um “eu” feito transeunte no qual vida pública e privada se misturavam num embaralhado de novos valores. A modernidade sentida, para além dos discursos progressistas e da multiplicação da vida material, tal como chegava às individualidades é, portanto, o objeto desta reflexão. Para tal, pretendo explorar a cidade como dimensão experimentada dos habitantes, de modo a pensar sobre como as informações do mundo eram recolhidas pela razão que se conformava sobre um novo universo sensorial.

“(...) a civilização é a igualdade num certo poste, que de comum acordo se julga admirável, e, assim como as damas ocidentais usam os mesmos chapéus, os mesmos tecidos, o mesmo andar, assim como dous homens bem vestidos hão de fatalmente ter o mesmo feitio da gola do casaco e do chapéu, todas as cidades modernas têm avenidas largas, squares, mercados e palácios de ferro, vidro e cerâmica”¹.

Antes de adentrar às especificidades sensoriais da urbanização em moldes brasileiros, é importante ter em mente a velocidade da transformação espacial a que foram submetidas as sensibilidades cariocas no início do século XX. Em 1900, a cidade-capital engatinhava no tapete vermelho da civilização tal como vista e sentida em Paris, espelho das ânsias de libertação do nada longínquo passado colonial. O Rio de Janeiro, vitrine de um Brasil que olhava para si através do espectro de além-mar, pretendia-se metonímia de um futuro nacional que, segundo as ambições mais radicais, já chegara à capital sob a bandeira da ordem e do progresso.

A gestão do presidente Rodrigues Alves (1902 a 1906) correspondeu à materialização dos ideais encubados durante a década anterior, que incluíam saneamento e embelezamento da

¹ João do Rio, *O velho mercado*, p.73.

cidade. Nomeado prefeito da capital no mesmo período, Pereira Passos seria grande nome da reforma que levaria a cidade aos cartões postais sob o orgulhoso mote de “O Rio civiliza-se!”: “Tudo foi feito com a eficiência e a rapidez permitidas pelo estilo autoritário e tecnocrático inaugurado pela República. (...) Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques, como Botafogo, e se espremia na rua do Ouvidor. O *footing* passou a ser feito nos 33 metros de largura da Avenida Central, quando não se preferia um passeio de carro pela Avenida Beira-Mar. No Rio reformado circulava o mundo *belle-époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro”².

“Vamos fazer a avenida!” era a deixa para um passeio que, rapidamente, tornara-se obrigatório àqueles que se pretendiam modernos, civilizados, e que se esgueiravam por entre as butiques de luxo que pipocavam com seus nomes impronunciáveis à maioria da população. É interessante notar que a construção do *boulevard* da Avenida, explicitamente inspirado no urbanismo parisiense do século XIX, trazia consigo uma estética e, não em menor medida, uma sugestão de estilo de vida. A idéia de que o passeio deveria ser estimulado como atividade socialmente implicada é filha de um ideário ocidental moderno que fazia-se notar na Europa já mais de um século antes. Um bom exemplo da “ideologia do passeio” e suas decorrências civilizatórias é o texto do filósofo alemão Karl Schelle, *A arte de passear*, escrito em 1802. Numa clara adesão ao princípio moderno da divisão entre corpo e mente, o texto ressalta as benesses físicas e espirituais do ato de passear e lembra que “(...) é incontestável que os passeios públicos de uma cidade podem ser incluídos no rol das necessidades essenciais da vida social. Se não desse atenção a esse aspecto indispensável ao prazer geral nas cidades relativamente importantes e abastadas, a civilização teria efetivamente feito muito pouco progresso”³. Isso se justificaria, segundo o autor, pelo fato de os passeios públicos proporcionarem momentos de ação de influência recíproca imprescindíveis à constituição de uma comunidade e, em última análise, ao sucesso do processo civilizatório e suas demandas por circulação de modelos e de controle social.

É importante lembrar que esse princípio do prazer do qual se vale a defesa do passeio como instância digna de reflexão remete a uma concepção, também bastante contextual, de prazer e felicidade como categorias naturalizadas da experiência do *self* moderno. Nesse sentido,

² Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados*, pp. 40.

³ Schelle, Karl. *A arte de passear*. pp. 49.

Bruckner, em seu texto sobre a “euforia perpétua” nos dá pistas interessantes para pensar a respeito da mundanização e da construção da noção de conforto, aliada à idéia de satisfação sensorial como meta a ser perseguida. Segundo este autor, a “religião da felicidade” que tomou conta da cosmologia ocidental como decorrência do capitalismo industrial é indissociável do desenvolvimento da individualidade enquanto propriedade de si e sobre si.

O *frisson* causado pela Rua do Ouvidor com suas *boutiques* repletas de novidades recém-chegadas da Europa também responde a um processo essencialmente moderno, o do consumo, que Colin Campbell identifica como “hedonismo moderno”. A busca insaciável por novidades do além-mar reflete bem a idéia de que “What matters is that the presentation of a product as ‘new’ allows the potential consumer to attach some of his dream pleasure to it, and hence to associate acquisition and use of the object with realization of the dream”⁴. Pelos tecidos, monóculos, luvas e bengalas, o carioca da Avenida Central vivia experimental e sensorialmente o progresso de que a bandeira nacional falava, e a civilização pela a qual a Reforma Passos almejava.

Com isso, não satisfeita em alterar radicalmente o aspecto da cidade, a fúria reformista de nosso “Hausmann Tropical”⁵ atingia também os costumes, buscando disciplinar, conforme os padrões “civilizados”, os velhos costumes em circulação. Ficou proibida a ordenha de vacas nas ruas, mendigos foram recolhidos, lojas deveriam apresentar seus produtos em vitrines, e seria punido que urinasse ou cuspsisse nas ruas. Sobre as ruas asfaltadas e cortadas por bondes elétricos já não caminharia a sociedade de hábitos rurais que a República tratava de suplantar.

JOÃO DO RIO E O OFÍCIO DA *FLANÉRIE*

“Tu sabes, o homem é um animal que gosta. O gosto é que varia. Eu gosto de ver as emoções alheias, não chego a ser bisbilhoteiro das taras do próximo, mas sou o gozador das grandes emoções de em torno. Ver, sentir, forçar as paixões, os delírios, os paroxismos sentimentais dos outros é a mais delicada das observações e a mais fina emoção”.

⁴ Campbell, Collin. *The spirit of modern consumerism*. pp. 89.

⁵ A expressão é de Jaime Benchimol.

Em meio ao frenetismo das reformas urbanas e da efervescência comportamental que os novos espaços e regras do jogo da modernidade determinavam, houve quem vencesse a tirania do efêmero e fixasse a turbulência social em registros à prova da prensa que ditava o ritmo das ruas. João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, revolucionou o jornalismo da época com suas crônicas que, tratando com sarcasmo e ironia a vida de uma cidade que se pretendia cosmopolita, nos deixaram um riquíssimo material de acesso às ruas e calçadas do centro do Rio na primeira década do século XX.

Nascido em 1881, o autor observava as mudanças de sua cidade ao mesmo tempo em que era por elas formado. Diferentemente de Machado de Assis, cujo olhar sobre o mundo republicano era fruto de uma sensibilidade formada ao gosto do tempo Imperial, João do Rio era parte constitutiva da modernidade tropical e suas observações, apesar de denotarem distanciamento crítico, têm o frescor do relato “nativo”. Ao compartilhar o código de condutas e sensorialidades que perambulava *footing* afora, ele levava para suas críticas a solidez que apenas a inserção emocional permite. Longe de ser marginal na gramática da etiqueta moderna, Paulo Barreto era figura notória em seu tempo (em 1910, com 29 anos, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras), e o fato de suas idéias terem circulado amplamente entre seus contemporâneos só vem a reforçar a importância de seus escritos como documentação preciosa para a análise do período.

Ao fazer da rua o grande palco, João do Rio assumia a personalidade com a qual se auto-identificaria por ofício e por instinto: o *flanêur*. “Flanar é a distinção de perambular com inteligência (...) o flanêur (...) acaba com a idéia de que todo o espetáculo da cidade foi deito especialmente para seu gozo próprio (...). E de tanto ver o que os outros quase não podem entrever, o *flanêur* reflete (...) Quando o *flanêur* deduz, ei-lo a concluir uma lei magnífica por ser para seu uso exclusivo, ei-lo a psicologar, ei-lo a pintar os pensamentos, a fisionomia, a alma das ruas” e completa dizendo ser a rua “um ser vivo, tão poderoso que consegue modificar o homem insensivelmente e fazê-lo seu escravo delirante”. João do Rio, a exemplo do que sugerira Schelle, levava a sério a arte de passear, fazendo dela seu prazer, mas também seu ofício.

Um bom paralelo para pensarmos o homem urbano de que nos fala o cronista, exemplificado no tipo do *flanêur*, é a reflexão de Simmel acerca da vida mental nas metrópoles. Ao lembrar que a individualidade urbana é caracterizada pela intensificação de estímulos nervosos, esse autor justifica a complexidade da vida psíquica metropolitana em oposição à da

pequena cidade, que “descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais”⁶. Afirmando que a rapidez e a abundância de situações com que a sensorialidade urbana é confrontada levam o habitante das grandes cidades a reagir com a cabeça e não com o coração, o autor afirma que a “intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana”⁷.

O trecho a seguir, no qual é descrito um dia na vida de um homem em 1920, mostra com clareza o desconforto que João do Rio capta no corpo lançado ao aparato moderno:

“O homem superior deitou-se às 3 da manhã. Absolutamente enervado por ter de aturar uma ceia com champanha e algumas *cocotes* milionárias, falsas da cabeça aos pés porque falsa é a sua cor, são falsas as olheiras e sobrancelhas, são falsas as pérolas e falsa a tinta do cabelo nessa ocasião, por causa da moda, em todas as belezas profissionais ‘beije foncé’. Acorda às 6, ainda meio escuro, por um movimento convulsivo dos colchões e um jato de luz sobre os olhos produzido pelo despertador elétrico último modelo de um trustee pavoroso”⁸.

A RUA E SEUS SENTIDOS

“O Rio, cidade nova – a única talvez no mundo – cheia de tradições, foi-se delas despojando com indiferença. De súbito, da noite para o dia, compreendeu que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris, e ruíram casas e estalaram igrejas, e desapareceram ruas e até ao mar se pôs barreiras. Desse escombros surgiu a urbs conforme a civilização, como ao carioca bem carioca, surgia da cabeça aos pés o reflexo cinematográfico do homem das outras cidades. Foi como nas mágicas, quando há mutação para a apoteose. Vamos tomar café? Oh! Filho, não é civilizado! Vamos antes ao chá! E tal qual o homem, a cidade desdobrou avenidas, adaptou nomes estrangeiros, comeu à francesa, viveu à francesa”⁹.

A rua despontara, no período republicano, como palco das vidas em desfile, abrigando uma eterna competição por provas de civilidade. Os novos costumes enfileiravam-se,

⁶ Simmel, George. *A metrópole e a vida mental*. pp. 12

⁷ Idem, pp. 13

⁸ João do Rio, *O dia de um homem em 1920*.

⁹ João do Rio, *O velho mercado*.

esbarravam-se, sentiam-se e forjavam-se no frenesi sem fim que tomava conta do centro da Capital, que aos poucos se transfigurava num formigueiro humano. Marcada pelo movimento, a sociabilidade nas ruas dependia do desenvolvimento de uma forma de interação específica, adaptada ao eterno fazer-se e desfazer-se instantâneo de laços. Os contatos com os semelhantes tornavam-se menos estáveis e mais transitórios, constituindo relações casuais e fortuitas.

O espaço público, palco da modernidade e personagem soberano de João do Rio, constitui, portanto, uma esfera de significação própria que, contraposta ao ambiente da casa (refúgio da vida particular), apresenta códigos peculiares de conduta. É importante lembrar que ambos os códigos (o da casa e o da rua), não são excludentes, mas sim complementares¹⁰, o que torna o cruze de sensorialidades abrigado pelo espaço coletivo, como foi dito, uma interessante situação limite entre o mundo do público e do privado.

Mas o que são, afinal, os sentidos? Qual seu papel na mediação entre o indivíduo e a sociedade, esse campo mais feito de híbridos e conjunções que de limites claros? Simmel nos dá uma pista preciosa ao afirmar que “al actuar sobre el sujeto la impresión sensible producida por un hombre, surgen en nosotros sentimientos de placer y dolor, de elevación o humillación, de excitación o sosiego; todo ello por su vista o por el sonido de voz, por su mera presencia sensible en el mismo espacio. (...) Lo propio ocurre con todas las impresiones de los sentidos; penetran en el sujeto en la forma de sentimiento y estado de ánimo, pero conducen hacia el objeto en la forma de conocimiento”¹¹.

Como meio de apreensão da realidade, os sentidos podem ser pensados como discursos do plano da experiência, numa definição limítrofe entre o físico e o emocional, entre o natural e o social, entre o interno e o externo. Como diz Nadia Seremetakis,

“The structure of modern society modern experience is inherently ironic. The sensory sphere is experienced in such a manner that profound transformations occurring in it or imposed are rendered imperceptible to the individual eye. This is precisely why everyday life in modernity has become the site for far-reaching historical transformations (...) Everyday life is experienced as a seamless continuum, an ongoing flow of a ahistorical time, i.e., largely unnarrated temporality that surpasses individual and collective consciousness and language. This sensory structure of everyday life is experienced as naturalized, almost cosmic time”¹².

¹⁰ DaMatta, Roberto. *A casa e a rua*. pp.48.

¹¹ Simmel, Geog. *Digresión sobre la sociología de los sentidos*.

¹² Seremetakis, Nadia. “The memory of the senses, Part I: Marks of the transitory”. pp. 19.

Desta forma, os sentidos correspondem a uma narrativa silenciosa do *continuum* da experiência cotidiana, e é nessa perspectiva que eles podem ser tomados como uma memória coletiva dos aspectos ordinários de uma sociedade.

Por outro lado, a sensorialidade reúne em si a mediação do sujeito feito indivíduo com a sociedade, de modo a articular, no plano da experiência sensível, as motivações racionais que o filiam a determinado momento ou conjuntura. É nesse sentido que Luis Fernando Dias Duarte afirma que “a razão humana só viceja através do contato dos sujeitos com o mundo propiciado pelos ‘sentidos’; ela depende da maneira pela qual eles percebem o mundo que os cerca, e é através desses sentidos que vão poder construir as suas novas formas de relação com o mundo e se tornar eventualmente cada vez mais aperfeiçoados, mais capazes, mais senhores de seu futuro.”¹³ “Encruzilhada entre o ego e a sociedade”¹⁴, o corpo pode, através da sensorialidade, nos falar sobre mudanças de padrões que os novos tempos traziam, num plano que vai muito além dos discursos objetivamente articulados. Reação inconsciente aos estímulos socialmente produzidos, os sentidos nos narram de maneira explícita, porém silenciosa, as vicissitudes do processo de urbanização que aqui nos interessa.

A partir dessa perspectiva, o que aqui interessa é apreender, nas linhas de alguns trechos de crônicas de João do Rio, sinais dessa nova sensorialidade. Para tal, partimos da premissa de que a modernidade, para além do seu plano discursivo e ideológico, vingou enquanto doutrina dominante ao penetrar no *self* dos agentes sociais, passando a ser parte fundamental da constituição das individualidades. Dentro desses parâmetros proponho, para efeito de sugestão metodológica, fazer, a seguir, apontamentos para uma *arqueologia dos sentidos* do transeunte carioca do início do século XX, de modo a traçar apontamentos acerca da construção e introjeção da modernidade nos padrões específicos do contexto nacional através das pistas de expressões sensoriais que a fonte escolhida nos oferece.

Diálogo de um inglês com um carioca. O estrangeiro se impressiona com a quantidade de pessoas às janelas e o brasileiro responde:

¹³ Duarte, Luis Fernando. “O imperio dos sentidos”. pp. 25.

¹⁴ Porter, Roy. “História do corpo”. pp. 294.

“- *O carioca vive à janela. Você tem razão. Não é uma certa classe; são todas as classes. Já em tempos tive vontade de escrever sobre o ‘lugar da janela na civilização carioca’, e então passei a cidade com a preocupação da janela (...) Os que saem são vistos, os que estão em casa também. É uma gente que espera sem maldade a vida dos outros. Quer exemplos?*

- *Com prazer.*

- *Olha aquela casa assobradada. Três jovens à janela, um gato, o cachorro. Passa um bond. Aposto que o pequeno diz: mamãe, passou aí o namorado da Cota”. (1912:345)*

O sentido da visão desponta, na modernidade, como via principal de acesso ao universo relacional que cerca o indivíduo. Sentido de fixação imediata, bem ao gosto da pressa que a vida urbana impõe, ela delega aos olhos o nobre título de “janela da alma”, numa clara alusão à importância que as formas e aparências assumem no contexto da interação efêmera (seja ela com pessoas ou com objetos).

Os trechos de João do Rio nos mostram a importância que os estímulos visuais ganhavam na modernidade galopante, sempre associados à tirania da rapidez. O teatro de máscaras com que o autor identifica a sociedade moderna é, nesse sentido, tributário direto da importância que as percepções visuais passam a exercer sobre a hierarquização do mundo, cada vez mais organizada segundo impressões estéticas.

O trânsito de indivíduos, marca do contexto urbano, transformava rapidamente a escala de valores que regia o mundo intersubjetivo impondo a fixação rápida de impressões. A súbita importância dada ao figurino é um exemplo cabal desse processo de “visualização” da sociedade, uma vez que, como depositário último do valor da estética individual, encarrega-se de comunicar imediatamente ao exterior informações acerca do *self* por ele envolvido. O retumbante sucesso do cinematógrafo no período é outra prova cabal da popularidade que o ato de olhar ganhava naquela sociedade, cada vez mais afeita ao imediatismo proporcionado pelas imagens, cuja explicitude poupa o interlocutor de qualquer reação reflexiva, estimulando a passividade.

Também o já mencionado *flanêur*, consagrado por Baudelaire e incorporado por João do Rio é um grande exemplo da primazia do sentido da visão na era moderna. A observação da vida alheia, essa curiosidade visual, é a marca desse tipo urbano socializado pelo efêmero

e para o qual a visão adaptada à rapidez lhe garante a sobrevivência. Mas se o uso ostensivo da visão é, para o homem citadino, seu maior dote, é também seu fardo. Nesse sentido, Simmel sugere que “Las comunicaciones modernas hacen que la mayor parte de las relaciones sensibles entabladas entre los hombres queden confiadas, cada vez en mayor escala, exclusivamente al sentido de la vista, y, por tanto, los sentimientos sociológicos generales tienen que basarse en fundamentos muy distintos. El hecho antes mencionado de que el hombre únicamente visto era más enigmático que el hombre oído, contribuye, seguramente, al carácter problemático que aqueja la vida general, a la sensación de aislamiento”. (1939:242).

Assim, se a cidade aparecia como um deleite à visão, fazendo dessa cognitividade ótica a rainha do mundo público, isso não se dava sem prejuízos. Numa dialética tipicamente moderna, o crescimento urbano levava à publicização das vidas e, ao mesmo tempo, fazia com que o indivíduo se voltasse para si. Individualidade e exposição pública são, desta maneira, duas faces de uma mesma moeda, numa dinâmica que tinha na imitação e no controle social as forças motrizes desse processo limite de estabelecimento de padrões de civilidade.

Nesse ponto, o trecho da crônica sobre as janelas é exemplar. Ao estabelecer uma genealogia comum entre o carioca e o ato de debruçar-se sobre os parapeitos, João do Rio faz uma sutil porém profunda reflexão acerca da estrutura social urbana que se delineava diante de seus olhos. O controle e a publicidade não se restringia àqueles que arriscassem seus sapatos nas ruas e, como diz o cronista, pelas janelas “os que saem são vistos, os que estão em casa também”. Isso suscita uma interessante e complexa discussão acerca das novas relações entre universo público e privado no contexto da interação entre permanências e mutações no processo de urbanização da cidade. Se na modernidade a noção de individualismo se estrutura de maneira profunda, como anteriormente discutido, a idéia de coletividade (concretizada no controle efetivo das micro ações do dia-a-dia, como a fofoca) também não deixava barato. No ato de comentar a passagem do “namorado da Cota”, de apontar para o *bond* que passa ou de deixar-se ver na intimidade do lar, as janelas lembravam a sociedade de que o olho da rua era feito de um delicado equilíbrio entre o íntimo e o público. E no poder metonimizante da visão residia grande parte da eficácia do controle social que, feito nas grandes ações institucionais ou no microcosmos das conversas de janela, desenhavam o processo civilizatório em moldes cariocas.

Com isso, ao apontar criticamente para situações em que fica clara a importância da impressão visual na formação do carioca moderno, João do Rio toca, com precisão, no ponto nevrálgico de uma sociedade que se pretendia civilizada pela via da estética, e cujo símbolo era o espírito “fachadista” das reformas de Pereira Passos.



“Olha o doce de coco, olha o quindim! Uma esmola pelo amor de Deus! Quem quer ventarolas, 2 quinhentos réis! Tende piedade de um pobre cego! Amendoim torrado!” (1912:258).

“Aqui é o desespero do barulho. A todas as horas. Cada um pessoalmente acredita ser de seu dever e da sua importância fazer barulho; o motorista transformando o automóvel em máquina de estrondos e de cornetas ou o tramway em ‘samba’ de retintins, os vendedores a gritar, os simples transeuntes a conversar num permanente tom de meeting” (1916:168).

Se João do Rio fez bom uso da visão enquanto sentido primordial à interação moderna, suas percepções acerca do universo auditivo do carioca moderno não deixam nada a desejar. Transitando por entre ruas e salões de chá, ele nos deixou um valioso registro dos sons que invadiam a vida urbana, desafiando os ouvidos até há pouco treinados à tranquilidade e ao silêncio. Não apenas as imagens aceleravam-se. A sucessão de ruídos era também vertiginosa e exigia um esforço de adaptação sensorial significativo.

O primeiro trecho dá uma mostra quase audível da polifonia que ecoava nas calçadas, desafiando os transeuntes a expandirem o campo de percepção visualmente configurado. No oferecimento de doces, ventarolas, amendoins e pedidos de esmola, o carioca via-se diante de uma torrente de estímulos muito mais ampla do que aquela captada por seus olhos e que não o deixavam esquecer o caráter múltiplo e multitudinário do contexto urbano que viam construir-se. A vertigem dos gritos registrados, tão anônimos quanto familiares ao passante, nos dá uma mostra de questões como gastronomia popular, temperatura ambiente e condição sócio-econômica que compunham o cotidiano das ruas do Rio de Janeiro de então. Pelos ruídos da

economia informal de ambulantes e indigentes, João do Rio nos revela dimensões da cidade intangíveis através de outros esquemas perceptivos.

Também os aparatos do moderno, a serviço da velocidade, enchiam as ruas com os ruídos da tecnologia, dando aos transeuntes novos parâmetros de circulação: o barulho de um carro ou um bonde anunciava a proximidade de um perigo, obrigando o itinerário a adaptar-se a sua presença; um “*clic clac*” revelavam a presença do fotógrafo (esse profissional do *voyerismo* tão caro ao ambiente moderno) lembrando às pessoas que era preciso cuidar da imagem – ou poderiam deparar-se com desagradáveis surpresas na próxima edição de algum periódico. Mas João do Rio mostra, ainda, que a tecnologia não era a única fonte de desafios ao sentido auditivo. O crescente número de pessoas às ruas oferecia aos ouvidos uma polifonia de palavras, num murmúrio constante que emanava dos tantos encontros fugazes que a calçada abrigava ou, ainda, dos inúmeros novos profissionais que invadiam o universo da circulação. Dentre esses, além dos já mencionados vendedores, o cronista destaca os músicos ambulantes.

Desta forma, o som urbano emerge nas crônicas de João do Rio como componente fundamental no teatro da formação da sensibilidade moderna. A audição atuava como acessório interpretativo àquilo que a visão captou, mas sem, para tanto, perder suas especificidades enquanto mediadora entre o *self* e seu arredor. Como nos atenta Simmel, os ouvidos, diferentemente dos olhos, não podem fechar-se ou desviar de um estímulo desagradável, deixando o receptor muito mais vulnerável à sua imposição. Além disso, o som tem uma existência independente da atenção do indivíduo, aparecendo e desaparecendo à revelia daquele, que não pode possuí-lo da forma com que fixa o visível. Mas em contrapartida ao caráter escorregadio do som, Simmel nos alerta para o fato de este ser muito mais preciso que a impressão visual: “Nos es mucho mas fácil formar un concepto general de hombres a quiénes solo vemos, que de hombres con quienes podemos hablar. La habitual imperfección de la vista favorece esta diferencia” (1939:246).

O sentido da audição, portanto, mostra-se um importante aliado nessa arqueologia sensorial em busca da modernidade humanizada de que nos fala João do Rio.



“- Ah, um automóvel, aquela máquina que cheira mal?” (1911:4).

“Nesse momento, o bond passava pelo começo do Russel. Todos os passageiros taparam o nariz com o lenço”. (Coluna “A Cidade”, Gazeta de Notícias, 14/10/1903)

Dentre os cinco sentidos o do olfato seja, talvez, o mais fugaz, o mais subjetivo. “Con el olfato no se forma un objeto, como ocurre con la vista y el oído, sino que, por decirlo así, la sensación queda encerrada dentro del sujeto”, afirma Simmel ao descrever um dos aspectos mais confusos da sensorialidade (1939:247). No entanto, é importante desnaturalizar esse caráter abstrato e um tanto opaco que o olfato tem na sensorialidade moderna e, especialmente, urbana. É Constance Classen quem nos lembra que o simbolismo olfativo foi radicalmente diminuído na modernidade ocidental, processo paralelo e proporcional ao aumento da importância da visão, processo cujo início ela localiza no iluminismo. A autora nos alerta para o fato de que a hierarquização dos sentidos reflete prioridades culturais que, por sua vez, definem a *common measure* do estar-no-mundo, uma vez que a primazia de um sentido sobre o outro implica uma impressão específica da realidade, carregando consigo valores culturais correspondentes. Sobre o declínio da importância do olfato em nossa sociedade diz ela: “smell is by nature concerned with essences, with the life-giving breath which unites interiors and exteriors in a dynamic interchange, and thus provides the basis for a very different conceptual model than sight. If a decline in the importance of smell and a rise in that of sight can be said to have occurred in Western society, it follows that it would express not only a shift in sensory preferences, but also a shift in corresponding cultural and conceptual paradigms”¹⁵.

Mas o alto grau de abstração dos odores não impede, contudo, que eles atuem como um elemento fundamental à aproximação a uma dada conjuntura social ou que não sejam passíveis de serem etnografados. Um bom exemplo disso é que o estranhamento olfativo causado na personagem de João do Rio pelos gases expelidos pelo automóvel, que nos dá uma pista clara do ineditismo de certas substâncias para o homem recém-urbano. Além disso, ao classificá-lo como “aquela máquina que cheira mal”, nosso informante explicita a necessidade do uso de recursos sensoriais na referência a objetos ainda alheios ao seu universo de significação. Os sentidos, na novidade hostil que o moderno podia representar, eram aliados importantes na formação de referenciais seguros às identidades cambaleantes.

¹⁵ Classen, Constance. *The odour of the rose*. pp. 16.

No outro trecho, um grupo de passageiros passa de *bond* pelo canteiro de obras que daria origem à Avenida Beira-Mar, e se espantam com o odor desagradável que as reformas urbanas geravam. Ao transfigurar-se, a cidade impunha aos seus habitantes novos estímulos e, com eles, os transeuntes adquiriam novos gestos, como o levar o lenço ao nariz. Lenço, aliás, que fazia parte do figurino urbano e cujo uso (que a crônica revela ser então generalizado) compunha parte da nova gramática gestual, feita não só de estímulos sensoriais (como o odor), mas também de novos objetos que se prolongavam ao corpo.

A subjetividade do olfato revela ser, assim, também moldada segundo a realidade material oferecida pela cidade moderna, na qual automóveis, poeira e perfumes davam o tom de mais um aspecto da construção individual através do apelo sensorial.



“- *Vamos tomar café?*

- *Oh! Filho, não é civilizado! Vamos antes ao chá!*” (1911:84).

“*A nossa cozinha foi no começo um prolongamento da portuguesa. Quando os lusitanos e os pretos conseguiram o mestiço, a cozinha foi também mestiça, com toda a variedade das comidas africanas. O acarajé é o perfeito símbolo do cruzamento das raças.*” (Gazeta de Notícias, 4/3/1904)

Os trechos acima deixam claro o caráter forçoso da reeducação do paladar conforme as exigências dos valores modernos, civilizados ou, em outra palavra, europeus. Como em nenhuma outra passagem aqui reproduzida, as situações gastronômicas pinçadas por João do Rio falam explicitamente na emergência de um novo código, ao qual já não cabia o ranço da tradição. Bem ao gosto da ideologia republicana, o progresso deveria marchar sobre o passado rural de raízes lusitanas, abrindo caminho para um novo que o suplantaria sem a sutileza da incorporação.

Assim como o olfato, o paladar tem significação etérea, porém profunda. Apesar do caráter transitório dos sabores, a mudança radical no padrão alimentício tem, simbolicamente, a força da introjeção material de um novo código de valores. Como em nenhum outro sentido, o

ato de comer, ao corresponder a uma necessidade vital, traz consigo a incorporação da modernidade no seu grau mais íntimo.

O episódio da substituição do café pelo chá é, nesse sentido, paradigmático. Baluarte da economia nacional durante séculos, inclusive no período em que se fala, o café é, nessa cena, rejeitado como se sua mera menção correspondesse a uma gafe. A sugestão do chá, com tom de obviedade, nos remete a uma tentativa substituição mecânica de uma tradição nativa por outra, alheia ao sistema simbólico nacional, mas em sintonia com a cartilha da civilidade. O chá, juntamente com os sabores importados, cuja suavidade era tão distante de nosso paladar treinado à força do dendê, trazia consigo também um novo padrão de sociabilidade. O brasileiro, acostumado à informalidade do café, defrontava-se com a pompa das louças e biscoitos finos que, nos muitos salões de chá que surgiam, impunham a criação de um novo espaço social.

Num outro tom, o último trecho reflete sobre o hibridismo da cultura brasileira, numa alusão que nos remete diretamente ao trabalho de Gilberto Freyre sobre a mestiçagem em termos de acomodação. Ao eleger o acarajé como símbolo da fusão cultural gastronômica traduzida, João do Rio atenta para as permanências de modo a deixar claro que a urbanização do corpo do carioca não se dava numa substituição pura e simples de valores antigos por novos. Assim como a cidade, também o corpo era um espelho complexo da sincronicidade temporal que marcou o processo de modernização do país.



“Com esse calor que vai começar, que já começou, as senhoras vestem como a moda de Paris exige (...) Eu convenho em admitir os tais bálrets de veludo, as botas, os tafetás.” (1912:43).

“Depois um cumprimento, um shake hands perdido, ondulações de reposteiros. Quanto menos tempo demora mais elegância” (2006[1911]:51).

“Apertei-lhe a mão. Aperto, de resto, a mão aos cocheiros, aos motoristas, ao meu criado de quarto, aos garçons de restaurante. Todos são meus iguais sociais em breve, elevados pelo dinheiro.” (2006[1911]:73).

Mediação imediata entre o meio e o indivíduo, no sentido do tato a modernidade literalmente se materializa. Para além da margem de subjetividade que a visão, o olfato, a audição e o paladar permitem, no toque o mundo exterior e a esfera privada atingem o grau máximo de interação. Nesse sentido, a roupa, a maquiagem e os acessórios nos oferecem uma oportuna via analítica, uma vez que ela representa, concretamente, a preparação do corpo para a exposição pública.

A intensa multiplicação da vida material que a vida urbana impulsionava demandava, a reeducação dos corpos, cujos movimentos deveriam incluir, agora, a delicadeza dos monóculos, a ritualística dos chapéus com seu pôr-e-tirar, a anestesia das luvas. Além disso, as calçadas com sua estreiteza forrada a pedras portuguesas ofereciam um novo desafio ao andar de botas e sapatos de salto, num constante jogo de equilíbrio. Assim, como fica explícito nos trechos, o *homo urbanus* tinha a modernidade incrustada na própria composição corporal, fazendo dos objetos apêndices quase naturais na arte de relacionar-se com o meio e com os demais transeuntes.

O trecho que faz menção ao *shake hands* traz ainda outros elementos acerca da educação tátil que a urbanização imprimia aos transeuntes. O nome do gesto de apertar as mãos em cumprimento, ao ser mencionado através de um estrangeirismo, revela que o hábito, assim como o nome, havia sido importado. Da ondulação à brevidade, todo o toque de mãos deveria ser calculado de modo a enquadrar-se nos moldes do *chic*, codinome do civilizado. O último excerto, também referente ao gesto cordial do aperto de mãos, remete ainda a outra questão. Ao dizer que “agora” aperta as mãos de cocheiros, criados e garçons, o narrador deixa entrever uma novidade no plano da sociabilidade. Na cidade já livre da escravidão e das estruturas sociais que definiam o contexto patriarcal, diferentes classes passavam a conviver com a igualdade que a condição de transeuntes e cidadãos lhes conferia. “Iguais sociais em breve”, aqueles trabalhadores deveriam agora ser tratados e tocados como iguais, numa dinâmica social que tinha na volatilidade do dinheiro, e não mais na estaticidade da tradição o agente legitimador. A modernidade, alavancada pelas relações capitalistas e sustentada por um individualismo cada vez mais estruturante fazia chegar às mãos das classes altas o toque das mãos calejadas, suadas e mulatas daqueles que, outrora, deviam-lhe a reverência da distância física.

Ao sair às ruas, subir em bondes, enfim, urbaniza-se, o carioca, agora via seu corpo cada vez mais exposto ao contato de estranhos. Entre os esbarrões da pressa, apertos de mão dos

muitos encontros fugazes e o ombro-a-ombro a que obrigava o transporte público, os corpos tinham de acostumar-se a uma publicização crescente, dando ao toque, antes confinado à intimidade da família, o papel de importante socializador.

Apesar de breves, esses apontamentos acerca dos padrões sensitivos da urbanização do Rio de Janeiro pretendem mostrar a possibilidade de pensar-se a questão da modernidade sob um ponto de vista mais voltado ao indivíduo. Muitas vezes confinada ao plano do discurso e da ideologia, a problemática do “progresso” enquanto mote republicano, travestido de reformas urbanas e de intenções civilizatórias, perde sua dimensão mais concreta. Desta forma, ao propor uma “arqueologia dos sentidos” a partir da obra de João do Rio, buscou-se identificar no plano do cotidiano, com sua banalidade e sua realidade, os alicerces práticos que garantiram a manutenção de certos padrões no reduzido espaço das imediações da Avenida Central, cuja ambição era ser a metonímia de um Brasil futuro.

Para além de garimpar pela genealogia de costumes que hoje nos são comuns, a intenção era, primordialmente, a de ver no meio urbano um ambiente específico de interações, num período formativo da relação entre indivíduo e sociedade em padrões modernos, tal como ora os conhecemos. Desta forma, este trabalho pretendia ir além da questão da urbanização enquanto realidade material e histórica, focando na mútua determinação entre o *self* urbano e a cidade, cujas identidades se formavam num mesmo processo. Nessa perspectiva, a escolha dos sentidos como via de acesso ao objeto justifica-se por seu caráter intimamente humano, natural, mas também cultural, constituindo, assim, uma boa porta de entrada ao quadro simbiótico que buscamos identificar entre a cidade e seu habitante.

BIBLIOGRAFIA

- Bruckner, Pascal 2002. *A euforia perpétua: Ensaio sobre o dever de felicidade*. Rio de Janeiro, DIFEL.
- Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- Classen, Constance, David Honer, et al. *Aroma. A história cultural dos odores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- Classen, Constance. The Odour of the Rose: floral symbolism and the olfactory decline of the West. In *Worlds of Sense*. London, Routledge, 1993.
- DaMatta, Roberto, *A casa & a rua*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- Duarte, Luiz F. D. O Império dos Sentidos: Sensibilidade, Sensualidade e Sexualidade na Cultura Ocidental Moderna. *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*. M. L. A. Heilborn. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- Campbell, Colin. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism*. Oxford, Blackwell, 1995.
- Howes, David (org.) *The variety of sensory experience*. Toronto, University of Toronto Press, 1991.
- João do Rio, *Crônicas efêmeras*. São Paulo, Ateliê editorial, 2001.
- _____. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Histórias de gente alegre*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- Park, Robert E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: Velho, Otávio Guilherme (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- _____. *On social control and social behavior*. Chicago, The University of Chicago Press, 1967.
- Simmel, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: Velho, Otávio Guilherme (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- “Sociology of the senses”. In Frisby, David and Mike Featherstone, Eds. *Simmel on Culture. Selected writings*. Londres, Sage Publications
- Süsskind, Flora. *As revistas de ano*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.